

Prezados servidores,

A Direção Geral sempre se empenhou na defesa do reajuste salarial dos servidores, e assim esclarece que foi realizado todo o esforço necessário à construção de uma proposta única que beneficiasse todas as categorias.

No dia 02 de agosto, o Diretor Geral Leandro Daiello Coimbra reuniu-se com os representantes de diversas categorias: Marcos Wink (FENAPEF), Marcos Leôncio (ADPF), Hélio Buchmüller Lima (APCF) e Hélio Pereira Peixoto (APCF). Na ocasião, foi exposta a necessidade de uma proposta de consenso entre as entidades para que a Polícia Federal apresentasse ao Governo Federal uma única demanda, que contaria com maior possibilidade de aceitação por parte dos Ministérios da Justiça e do Planejamento. O Diretor Geral propôs um valor linear de aumento, o que significaria índices diferenciados com maior aumento para as categorias que ganham menos.

Em nova reunião no dia 08 de agosto realizada no Ministério da Justiça, presentes o Ministro José Eduardo Cardozo, o Diretor Geral Leandro Daiello Coimbra, Marcelo Veiga (assessor especial do MJ), Marcos Leôncio (ADPF), João Cesar Bertosi (FENADEPOL), Leilane Oliveira (SINPEC), Marcos Wink e Luís Antônio de Araújo Boundes (FENAPEF), mais uma vez foi solicitado aos sindicatos a apresentação de uma proposta única, que contaria com apoio institucional do Ministério da Justiça e da Direção Geral.

Na manhã seguinte, em mais um encontro no Ministério da Justiça, houve a proposta de aumento linear no valor de três mil reais para todos os cargos, o que representaria um grande ganho financeiro especialmente aos servidores do PEC e às classes iniciais da carreira Policial. Esta proposta seria apresentada ao Ministro da Justiça, mas não foi aceita pela FENAPEF.

Buscando novamente uma proposta salarial única e viável, foi realizada uma nova rodada de negociações no Edifício Sede no dia 10 de agosto com as presenças de: Leonardo Meireles (assessor especial da Direção Geral), Marcos Leôncio (ADPF), Marcelo Veiga (assessor especial do MJ), Alexandre Patury (ADPF), Flávio Werneck (SINDIPOL), Paulo Roberto Poloni (FENAPEF), Leilane Oliveira (SINPEC) e Hélio Buckmüller Lima (APCF). Outra vez não houve consenso entre as categorias, que resolveram apresentar tabelas individuais à Direção Geral e ao Ministério da Justiça.

As tabelas individuais foram encaminhadas pelo Ministério da Justiça ao Ministério do Planejamento e, a partir de então, as negociações foram conduzidas diretamente pelas entidades de classe, conforme padrão do Ministério do Planejamento e Gestão - MPOG.

Instados novamente a apresentar proposta de consenso para recomposição salarial nas diversas reuniões citadas, as entidades de classe não conseguiram

chegar a um acordo que pudesse ser defendido pela Direção Geral. Mesmo assim, o Diretor Geral entregou ao Ministério da Justiça cópia do ofício, datado de 22/02/2011, assinado por todas as entidades de classe, para que os valores contidos naquele documento servissem para discussão futura.

Mantendo a postura de sempre ouvir as propostas das entidades de classe, atendeu-se solicitação para que seus representantes se manifestassem durante a reunião de diretores e superintendentes regionais do Departamento de Polícia Federal, ocorrida na presente semana. Todavia, em nenhum momento houve qualquer solicitação e/ou compromisso de manifestação formal, ou mesmo informal, com relação ao conteúdo das apresentações das entidades.

Por fim, a administração continuará envidando os esforços na busca de melhorias para todos os servidores da Polícia Federal.